

ATA DA 227ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA - 2020

Data: 18/02/2020

Local: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bertiooga - AEAAB

Início: 09h30 *Término:* 12h30

O conselheiro Paulo Velzi, vice-presidente do CONDEMA deu início à reunião. Explicou que o Sr. Presidente chegaria logo mais pois encontrava-se num compromisso para o qual havia sido convocado. Ausentes representantes da Fundação Florestal e da Secretaria de Turismo.

O Sr. Vice-presidente informou que foi publicado no Boletim Oficial do Município n.º 930, de 14 de fevereiro de 2020, o **Decreto 3.304**, que *“Altera e acresce dispositivos no Decreto Municipal n. 3.141, de 25 de abril de 2019, que nomeou o Conselho Comunitário de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA”*, que passa a vigorar alterado e acrescido das seguintes alterações:

“Art. 1º

I – representantes do Poder Público:

a) 01 (um) representante da Fundação Florestal:

1. Eduardo Ferreira dos Santos Souza – titular; e
2. Maria de Carvalho Tereza Lanza – suplente.

b)

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

1. Nelson Jorge de Castro – titular; e
2. Felipe Ebling – suplente.

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos:

1. José Carlos Cavalcanti de Melo – titular; e
2. Maurício dos Santos Souza – suplente.

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

1. Ney Carlos da Rocha – titular; e
2. Filipe Toni Sofiati – suplente.

f) 01 (um) representante da Diretoria do Departamento de Habitação:

1. André Rogério de Santana – titular; e
2. Giuliana Cristoni Pereira da Silva – suplente.

II –” (NR)

Estava pendente, aguardando a publicação deste Decreto, a aprovação das atas dos meses de novembro e dezembro de 2019, bem como de janeiro de 2020. Foi dispensada a leitura das atas pelo fato de as mesmas terem sido encaminhadas por email aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim aprovadas por unanimidade.

PAUTA:

1. Assuntos Gerais:

- a. **Sr. Heron, gerente da unidade SABESP Bertioga**: o Sr. Presidente solicitou que viesse apresentar as medidas e ações que serão tomadas pela SABESP no período do Carnaval visando evitar problemas com desabastecimento de água no município. Explicou que foi instalado mais um módulo de tratamento (tipo contêiner) na ETA Itapanhaú e também reforçada a captação no Indaiá. Normalmente são utilizados apenas dois módulos. Temos quatro e instalamos mais um. Recebemos muitas reclamações do Jd. Ana Paula e fizemos uma interligação no lado da praia, entre a Av. Anchieta e a Av. Tomé de Souza, de modo que lá será abastecido pelo sistema Itapanhaú e isso trará alívio para o sistema de abastecimento do Centro. Outra medida é a instalação de um booster (reforço) na entrada do Balneário Mogiano que deve começar a operar a partir de amanhã. Temos a base de concreto e a adutora fica desligada no decorrer do ano porque não é necessária. Estamos instalando esse amplificador para reforçar o abastecimento no Mogiano, especialmente do oleoduto para o fundo. Lembrando que o Balneário Mogiano sofre com a ocupação irregular, assim como o Bairro Chácaras e Vicente de Carvalho, o que impacta no abastecimento. Em relação a construção do reservatório em Boraceia, verificou que este ano deve ocorrer a contratação da empresa para construção do reservatório e a previsão é que a obra seja concluída antes do prazo, que é 2022, especialmente considerando que hoje dispomos de novas tecnologias que permitem essa agilidade. A SABESP tem investido em instalações metálicas, que são de montagem rápida. Afirmou que a melhoria no serviço de abastecimento precisa caminhar junto com o trabalho de regularização fundiária, de modo a não potencializar a ocupação irregular justamente pela melhora do recurso. Falou que a SABESP dispõe no Estado inteiro da chamada “tarifa social”, onde imóveis até determinada metragem e famílias com até determinada renda, com consumo “x” de energia elétrica, pagam cerca de um terço do valor da tarifa regular. Assim, além da SABESP cumprir sua obrigação social, as pessoas tem condições de dispor do serviço de forma regular. As ligações irregulares são a pior situação para as companhias de saneamento e abastecimento como um todo. As conselheiras Maria Inês e Maria José questionaram sobre a água de cor amarela que sai por alguns dias da torneira depois de dias de chuva. O Sr. Heron explicou que as ETAs minimizam esta ocorrência. As conselheiras disseram que é necessário que a SABESP atenda e verifique o problema no momento em que ele está ocorrendo, pois quando os técnicos finalmente chegam, dias depois, a situação já foi normalizada. O Sr. Heron falou que a ETA do Balneário Mogiano dispõe de excelente tecnologia de tratamento e é uma das melhores de Bertioga, pois consome pouca energia e a perda entre o que entra e o que sai é pouca. Além disso a qualidade do manancial que a abastece é muito boa. Ainda assim, vai deixar

avisado sobre a ocorrência e solicitar prioridade para que o atendimento técnico ocorra imediatamente após o chamado.

- b. Conselheiro Ubirajara:** queixou-se de que a água faz seus olhos arderem e questionou se isso pode ser excesso de cloro. O Sr. Heron disse que não acredita ser isso pois tudo é devidamente dosado na ETA dentro dos parâmetros estabelecidos. O conselheiro Ubirajara falou que, em relação ao reservatório, a explicação foi boa, porém há cinco anos vêm brigando pela sua construção e que devido à incompetência da SABESP ainda não saiu do papel. O Vice-presidente Paulo explicou que é preciso compreender que há trâmites legais e administrativos que precisam ser cumpridos de modo a garantir segurança para o contratante e para o contratado. A empresa que venceu a licitação da SABESP foi a mesma que executou a construção do reservatório da Riviera. A empresa precisava apresentar determinada documentação para a SABESP, dentre elas uma certificação da obra da Riviera. Acontece que houve problema com o encaixe da tampa do reservatório e o certificado só foi entregue depois do reparo concluído. Com isso a empresa perdeu o prazo da SABESP para apresentar a documentação e não pôde realizar o serviço, sendo necessário iniciar novo processo de Licitação, que deverá ocorrer muito em breve. O conselheiro Ubirajara disse que ouve essa mesma conversa há 5 anos e nada se resolve. O Sr. Vice-presidente Paulo argumentou que hoje a situação é diferente, pois o município tem contrato assinado com a SABESP e assim podemos cobrar. Também hoje temos um representante da SABESP sempre presente em nossas reuniões e disponível a ajudar e orientar no que for necessário. Vamos solicitar que a SABESP apresente em próxima reunião o cronograma de esgoto e água. A água temos que cobrar a partir de agora, bem como o programa caça-esgoto e a fiscalização das bombas de água. O Sr. Heron reafirmou a necessidade de, junto ao que foi colocado, batalhar pela regularização fundiária nos bairros, porque se a ocupação irregular não for contida não há como abastecer adequadamente. O conselheiro Ubirajara falou que abriu Ordem de Serviço n.º 8673 solicitando limpeza de vielas em Boraceia. Disse que ao lado dessas vielas existe uma “biqueira” e ficam muitos drogados por ali, inclusive escondendo produtos de roubo. Solicitou a instalação de 4 (quatro) placas com a indicação de “Proibido Jogar Lixo” em Boraceia, especialmente atrás do Ecoponto, onde continuam jogando muito lixo. As professoras que se apresentaram aqui no CONDEMA inclusive já vieram cobrá-lo. O Vice-presidente Paulo sugeriu fazer uma moção para cobrar a SU. O conselheiro Ubirajara falou que gostaria de convidar o Sr. Prefeito para explicar sobre a regularização da base da Polícia Florestal em Boraceia. O Vice-presidente Paulo explicou que esse assunto é de competência do Estado e já está sendo tratado, precisamos aguardar.
- c. Conselheira Teresa:** pediu informações sobre notícia de que a CETESB teria emitido Licença para a transposição do Rio Itapanhaú. O Vice-presidente Paulo explicou que a licença emitida foi para instalação de canteiro e não para execução da obra. Cabe a nós convidar a CETESB ou mesmo a SABESP para fazer uma apresentação e nos atualizar sobre a situação.

O Sr. Fernando, Presidente, chegou e o Vice-presidente Paulo, passou a ele a condução da reunião. O Sr. Presidente desculpou-se pelo atraso explicando que aconteceu uma vistoria do Tribunal de Contas da União na área do Transbordo e foi solicitado que ele estivesse presente.

Quanto ao questionamento da conselheira Teresa, lembrou que a Prefeitura participa junto com o Ministério Público de ação judicial contra a reversão do Rio Sertãozinho. Quando nos juntamos a ação apresentamos manifestação técnica, onde um dos pontos era o questionamento quanto à posição da Fundação Florestal diante do Plano de Manejo do PERB. Daí a FF se manifestou e recebemos o documento da PROC na sexta. Temos que nos manifestar sobre a informação técnica da FF. Ontem recebemos manifestação da CETESB e da SABESP tecendo elogios à informação técnica da FF, bem como do GAEMA argumentando que a IT não atendeu aos questionamentos, numa análise superficial abordando tão somente o que se refere à gestão. Hoje protocolamos na PROC a manifestação técnica da Prefeitura. Quando soubemos da Licença para instalação do canteiro tentamos contato com o Estado porque não estávamos tendo acesso às informações. Porém, por causa das fortes chuvas da semana passada o pessoal havia sido liberado do trabalho e não conseguimos falar com ninguém. Iremos à São Paulo ainda esta semana para termos acesso ao Processo. Além disso, solicitamos reunião com o GAEMA e MP para discutirmos o que pode ser feito. A conselheira Teresa sugeriu que o assunto esteja na pauta da próxima reunião. O Sr. Presidente esclareceu que, em que pese haver contrato com a SABESP para prestação de serviços no município, o assunto da reversão do Rio Sertãozinho deve ser tratado com a importância e isenção que demanda. O que podemos afirmar é que se trata de políticas de Governo de Estado. Se o Estado quiser fazer, tem prerrogativas pra isso. O que estamos pleiteando é a compensação, é que eles apresentem quais serão as consequências para nosso município. O Sr. Presidente explicou que apesar de a captação ser feita fora do município, interfere diretamente em nossa bacia. A conselheira Teresa perguntou se continua sendo feito o levantamento sobre o excesso de cloro e o Sr. Presidente explicou que a competência desse assunto é da Vigilância Sanitária. Lembrou que é importante a proximidade com a SABESP e que hoje ela entendeu que é uma prestadora de serviço e a relação com o município mudou. Em relação ao reservatório, falou que entraram com pedido de Termo de Cessão de Uso de Área que estava vencido e estamos regularizando a parte documental. Em contrapartida eles se comprometeram a agilizar a licitação. A parte técnica e administrativa tem que andar juntas. O próprio Sr. Prefeito cobrou a instalação do Reservatório.

- 2. Apresentação sobre Regularização Fundiária:** o Diretor de Habitação, Sr. André Santana, agradeceu a oportunidade de apresentar essas importantes ações. Explicou que a Diretoria é pequena pra tratar da questão habitacional de Bertioga inteira. Falou sobre a Lei Federal 13.465/17, que *“Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências”*. Falou sobre os procedimentos básicos para identificação dos núcleos de interesse social e específico. Sobre as etapas da Regularização Fundiária: Diagnóstico; Projeto de Regularização Fundiária e; Regularização Administrativa / Jurídica. Explicou cada fase e mostrou exemplos. Mostrou mapa do município e falou sobre o trabalho desenvolvido junto à AGEM, desde 2017, iniciando o sistema de Georreferenciamento da Baixada Santista inteira e identificando os núcleos, criando as classificações. O trabalho está quase concluído e em breve será divulgado. Explanou sobre cada núcleo e sobre o trabalho já realizado em cada um. O Sr. Presidente pontuou sobre tratativas

com o GAEMA para regularização dos quinhões. Temos apoio do MP para resolver esta situação. O problema é que no quinhão 7, metade da área ficou dentro da área do PESB. Protocolamos documento solicitando exclusão desta área, bem como de parte do quinhão 1. Informamos a Dra. Almachia (GAEMA) e ela pediu para entrar em contato com PG e ficamos de fazer o congelamento da ocupação e contatar a SABESP em 46 dias. O Diretor André Santana falou que há parecer preliminar da SABESP que fará estudo de como trará a água. O Diretor André Santana continuou a explicação sobre a regularização fundiária. O Sr. Presidente pontuou que na Vila Agaó II o problema é não haver abertura das vias. Há pouco houve determinação para que a Prefeitura realize a abertura das vias e cobre judicialmente os gastos. Prosseguindo, o Diretor André Santana esclareceu dúvidas sobre infraestrutura e rede de esgoto. Explicou que no Bairro Chácaras há um procedimento diferenciado de diagnóstico. O loteamento é regular e todos os proprietários estão sendo notificados. O conselheiro Castro registrou que é preciso conversar com o MP sobre os lotes regulares que estão sendo embargados. Quando do embargo o MP pediu a lista dos lotes regulares e essa relação ainda não foi enviada. O Sr. André prosseguiu a explanação e, sobre Boraceia, os conselheiros dirimiram dúvidas especialmente sobre ações para contenção das ocupações irregulares. O conselheiro Castro falou que em relação à fiscalização, atualmente Boracéia é o maior problema. A invasão tomou proporções tamanhas porque, apesar de ter sido iniciada pelos próprios moradores, hoje quem invade é o crime organizado. O poder público não pode apenas reprimir. É preciso auxiliar as pessoas a fazer o certo. Mesmo as invasões mais recentes, há fatores complexos que não permitem a contenção, que comprometem as ações. Falou que nesta semana assumiu o Sr. Cardia como delegado titular, que é morador do município e, portanto, está mais acessível. Conversou com ele sobre judicializar as ações com aspecto criminal, já que em Boraceia e na Rua Futura especialmente, há vários nomes conhecidos envolvidos nas invasões. Está sendo feito levantamento de moradores da área, com nome e endereço de todos para ser entregue formalmente ao delegado. Falou que falta apoio do Estado. A conselheira Marisa sugeriu envolver a Secretaria de Habitação do Estado para promoção de mais moradias. A conselheira Maria Inês questionou a demora das ações em Boraceia, complementando que a população está vivenciando aumento de criminalidade, de roubos à mão armada em plena luz do dia, invasão de casas, dentre outras ações que a polícia não resolve. O Diretor André Santana falou que ainda no primeiro semestre pretende resolver a questão, pois a regularização inibe essa situação. O Sr. Presidente falou que amanhã haverá reunião da Comissão de Congelamento, que temos recursos e que estão sendo realizadas ações semanais em Boraceia. A DOA constata a ocupação e retira. O Diretor André Santana falou que a instalação de câmeras poderia ajudar no monitoramento da área. Para concluir, falou que quando o atual Governo assumiu encontrou tudo no papel e que hoje todos os cadastros estão informatizados, são feitos com a utilização de tablets, temos o geoprocessamento e a área que fica no fundo das Chácaras será a primeira a ser inserida no sistema. A pretensão é cruzar os dados das diversas secretarias e realizar um trabalho mais consistente e otimizado. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Diretor André Santana e também do Eng.º José Carlos. O Diretor André completou agradecendo ao CONDEMA, do qual já fez parte e que sempre acompanhou. Afirmou que o Conselho foi uma grande escola e que pôde levar esta experiência para a Diretoria de Habitação. O Sr. Presidente explicou que o Sr. Osnei, presidente do

Conselho de Habitação não pôde comparecer e que pretende realizar no segundo semestre um fórum/seminário em conjunto - CONDEMA com o Conselho de Habitação, para tratar especificamente da questão da regularização fundiária e solicitará auxílio para organizar este evento.

3. **FUNESPA:** o Sr. Presidente explicou que não tem recebido as informações de extrato e conciliação bancária referentes ao FUNESPA desde o mês de dezembro/2019 em razão de sobrecarga da Diretoria de Finanças por questões do Tribunal de Contas da União. Deverá receber as informações pendentes no início de março e então agendará uma reunião extraordinária com o Conselho Diretor do FUNESPA. O conselheiro Paulo Velzi sugeriu deixar pré-aprovado, em razão da necessidade urgente, a instalação de câmeras de monitoramento em Boracéia, bem como a aquisição de veículo para a DOA.

A próxima reunião foi agendada para o dia 31 de março de 2020. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertioga, 18 de fevereiro de 2020.

Eng.º FERNANDO ALMEIDA POYATOS

Secretário de Meio Ambiente
Presidente do CONDEMA

Marisa Roitman

SMA – suplente

Nelson Jorge de Castro

SM – titular

José Carlos Cavalcanti de Melo

SU – titular

André Rogério de Santana

DHA – titular

Keila Seidel de Almeida H. Vallongo

Fundação 10 de Agosto – suplente

Maria Inês Verdiani de Carvalho

AMAB – titular

Emerson Luis Costa

SESC – suplente

Teresa Cristina Pinho Favaretto

ONG Crescer – titular

Ubirajara Gonçalves de Lima

OSCIP Boracéia Viva – titular

Paulo Roberto Maria Velzi

AEAAB – titular